

## EIXO SP Concessionária de Rodovias S.A.

CNPJ/ME Nº 36.146.575/0001-64 - NIRE 35.300.548.213

Demonstrações Financeiras 2022

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

Itirapina, 09 de marco de 2023. DESEMPENHO FINANCFIRO

satisfação que a Administração da EIXO SP Concessionária de Rodovias S.A. ("<u>Companhia</u>") submete à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração sobre os negócios sociais da Companhia e principais fatos administrativos ocorridos no exercício de 2022. Realizamos a comparação do resultado do exercício de 2022 com 2021, porém, ressalta-se que é preciso levar em consideração que a Companhia iniciou a operação de 16 novas praças de pedágio no segundo semestre de 2021, de modo a evitar interpretações errôneas. As informações são apresentadas com base em números extraídos das demonstrações financeiras revisadas pelos auditores independentes, com exceção das informações operacionais, de mercado e investimentos

#### INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE OS EFEITOS ADVERSOS RELACIONADOS AO 1 A operação das praças de pedágio no ano de 2020 iniciou-se em 03/06, com 5 **CORONAVÍRUS**

### Pedido de reequilíbrios econômico-financeiros do contrato de concessão

Em 15 de maio de 2020, juntamente com a assinatura do contrato da concessão foi assinado termo aditivo modificativo reconhecendo os efeitos do COVID-19 como Custos e Despesas sendo fator de caso fortuito e/ou força maior. Até o presente momento a Companhia está discutindo com a ARTESP - Agência Reguladora dos Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo a quantificação do desequilíbrio. Em paralelo à discussão na fase administrativa a Companhia ingressou com ação judicial contra ARTESP com o objetivo de reconhecer o desequilíbrio econômicofinanceiro do contrato de concessão nº 0409/ARTESP/2020 ("Contrato de Concessão") e reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do primeiro ano de operação do Contrato de Concessão. A ação principal está em fase de contestação por parte da ARTESP e Procuradoria Geral do Estado - "PGE".

#### **DESEMPENHO OPERACIONAL**

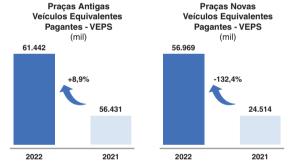
## Resultado Operacional

nesareado operacionar							
Desempenho Operaciona	202	2022		2021		Δ	
Desempenho Operaciona (Mil), exceto Tarifa Média	"Praças Antigas	Praças Novas	Praças Antigas		Praças Antigas		
VEPs1	61.442	56.969	56.431	24.514	9%	132%	
Veículos Leves	20.794	26.356	18.321	11.199	14%	135%	
Veículos Pesados	40.647	30.613	38.110	13.315	7%	130%	
Tráfego <sup>2</sup>	30.732	34.760	27.786	14.842	11%	134%	
Veículos Leves	21.035	26.860	18.571	11.423	13%	135%	
Veículos Pesados	9.696	7.900	9.215	3.419	5%	131%	
Tarifa Média (R\$)	8,02	6,84	7,32	6,41	10%	7%	

- VEPS Veículos Equivalentes Pagantes refere-se a quantidade de eixos de cada
- <sup>2</sup> Refere-se à quantidade de veículos pagantes que transitam pelas prças de pedágio da Companhia

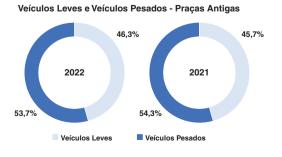
## Variação no Transporte de Veículos Dessazonalizado 1,2 Leves Pesados Acumulado no Ano (Jan-Dez/22 sobre Jan-Dez/21): Brasil

- 1 Considera apenas o fluxo das rodovias sob concessão privada e o efeito de dias úteis, ano bissexto e identificação de outliers.
- <sup>2</sup> Informações obtidas a partir dos dados estatísticos da ABCR, disponível em http:// www.abcr.org.br
- Dados da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias ABCR e da Tendências Consultoria (Índice ABCR Brasil) -, para as rodovias sob o regime de concessão privada, mostram um aumento de 6,5% no fluxo total de veículos no exercício de 2022, comparado com o mesmo exercício do ano anterior. Destaque para o aumento de 7,9% em veículos leves, impactados pelos efeitos da retomada do tráfego anteriormente reduzido pelo COVID-19



No exercício de 2022, as 5 pracas de pedágio da EIXO registraram 61.4 milhões de Veículos Equivalentes Pagantes (VEPs), um aumento de 8,9% na comparação com o mesmo exercício de 2021 (somente para pracas antigas - ex Centrovias). Quando comparado o tráfego total do exercício de 2022 com 2021 demonstra-se um aumento expressivo dos veículos equivalentes, exclusivamente pelo fato do início de operação de 16 novas praças de pedágio, sendo estas iniciando as suas operações no segundo semestre de 2021, conforme cronograma abaixo: - 3 praças de pedágio em 15 de iulho: - 5 pracas de pedágio em 28 de julho; e - 7 praças de pedágio em 12 de agosto; e - 1 praça de pedaĵoj em 16 de outubro. A performance de veículos pesados representa cerca de 60,2% do tráfego total¹ (63,5% do tráfego em 2021) e apresentaram um aumento de 38,6% no período comparativo. Da mesma forma em veículos leves o resultado foi positivo, com aumento de 59,7% no mesmo exercício comparado a 2021. O quadro acima referido não foi objeto de revisão pelos auditores independentes

# Veículos Leves e Veículos Pesados - Praças Antigas 33.8% 32.5% 2022 2021 Veículos Leves Veículos Pesados



1 Tráfego em Veículos Equivalentes Pagantes - VEPs somente das praças de pedágio antigas

necerta Operacional			
Receita Operacional (R\$ Mil)	2022	2021	Δ
Receita Bruta	1.286.535	1.341.388	-4%
Receita com Pedágio <sup>1</sup>	889.515	573.557	55%
Receitas Acessórias	4.590	2.965	55%
Receita de Construção (IFRS)	392.430	764.866	-49%
Receita Bruta Ajustada <sup>2</sup>	894.105	576.522	55%
Deduções da Receita Bruta	(76.983)	(49.603)	55%
Receita Líquida Ajustada²	817.122	526.919	55%

- praças de pedágio. No ano de 2021 entraram em operação 16 novas praças entre os meses de julho e outubro.
- <sup>2</sup> Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita de Construção.

Custos e Despesas (R\$ Mil)	2022	2021	Δ
Pessoal	(69.165)	(43.707)	58%
Conservação e Manutenção	(61.615)	(77.235)	-20%
Serviços de Terceiros	(55.983)	(51.569)	9%
Seguros	(4.580)	(4.648)	-1%
Outros Custos Operacionais	(16.223)	(10.359)	57%
Despesas Administrativas	(32.630)	(38.400)	-15%
Custos e Despesas Administráveis	(240.196)	(225.918)	6%
Ônus de Fiscalização e Variável	(75.541)	(38.245)	98%
Depreciação e Amortização	(142.654)	(95.873)	49%
Provisão para Contingências	(6.358)	(1.063)	498%
Custos e Despesas Operacionais Ajustados¹	(464.749)	(361.099)	29%
Custo de Construção (IFRS)	(392.430)	(764.866)	-49%
Provisão de Manutenção (IFRS)	(104.280)	(60.830)	71%
Custos e Despesas Operacionais	(961.459)	(1.186.795)	-19%

1 Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e ao Custo de Construção e à Provisão para Manutenção



Os Custos e Despesas Administráveis estão em linha com o budget da EIXO

## **EBITDA e Margem EBITDA**

EBITDA E Margem EBITDA (R\$ Mil)	2022	2021	Δ
Lucro (prejuízo) Líquido	33.596	22.119	51,9%
Resultado Financeiro Líquido	174.692	95.390	83,1%
IRPJ & CSLL	41.395	(11.965)	-446,0%
Depreciação & Amortização	142.654	95.873	48,8%
EBITDA ICVM 527	392.337	201.417	94,8%
Margem EBITDA	32,44%	15,59%	108,0%
Receita de Construção (IFRS)	(392.430)	(764.866)	-48,7%
Custo de Construção (IFRS)	392.430	764.866	-48,7%
Provisão de Manutenção (IFRS)	104.280	60.830	71,4%
Provisão para Contingênicas	6.358	1.063	498,1%
EBITDA Ajustado¹	502.975	263.310	91,0%
Margem EBITDA Ajustado¹	61,6%	50,0%	23,2%

- <sup>1</sup> Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e ao Custo de Construção e à Provisão para Manutenção
- O EBITDA Ajustado totalizou R\$ 502.9 milhões no exercício de 2022, um aumento de 91% em relação ao mesmo exercício de 2021, da mesma forma a Margem EBITDA Ajustada aumentou 23,2%. O aumento no EBITDA Ajustado foi ocasionado pela entrada em operação de 16 novas praças de pedágio. O EBITDA ajustado é calculado por meio do EBITDA acrescido das demais despesas não-caixa (i) provisão de manutenção, que são as provisões para atendimento às obrigações contratuais de manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, conforme CPC 25 e IAS 12 e (ii) receita e custo de construção e (ii) provisão para contingências

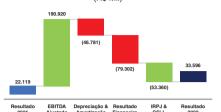


Nesuitado Financeiro			
Resultado Financeiro (R\$ Mil)	2022	2021	Δ
Resultado Financeiro	(174.692)	(95.390)	83%
Receitas Financeiras	23.020	14.666	57%
Provisão para manutenção - AVP	9.438	12.466	-24%
Receita de aplicações financeiras	13.249	1.572	743%
Outros	333	628	-47%
Despesas Financeiras	(197.712)	(110.056)	80%
Juros e variação monetária sobre Emprést./ Debêntures	(119.381)	(82.405)	45%
Provisão manutenção - Atualização pela inflação	(31.673)	(11.090)	186%
Amortização custos com emissão de Emprést./ Debêntures	(18.058)	(13.311)	36%
Despesas Bancárias	(24.162)	(843)	2766%
Outros	(4.438)	(2.407)	84%
nflação e Juros	31/12/2022	31/12/2021	Δ
PCA Últimos 12 Meses	5,79%	10,06%	-42%
DI Acumulado Últimos 12 meses	13.65%	9.15%	49%

https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indicenacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html?=&t=series-historicas http://estatisticas.cetip.com.br/astec/series\_v05/paginas/lum\_web\_v05\_template\_ informacoes\_di.asp?str\_Modulo=completo&int\_Idioma=1&int\_Titulo=6&int\_ NiveIBD=2

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto lucro por ação)

# Resultado do Exercício Resultado do Exercício (R\$ Mil) 22.119 52% Lucro do Período Variação do Resultado do Período



Disponibilidades e Endividamento			
Disponibilidades e Endividamento (R\$ Mil) ¹	2022	2021	Δ
Dívida Bruta	1.694.743	1.579.916	7%
Curto Prazo	2.604	2.527	3%
Empréstimos e Financiamentos	1.761	1.658	6%
Debêntures	843	869	-3%
Longo Prazo	1.692.139	1.577.389	7%
Empréstimos e Financiamentos	718.704	677.100	6%
Debêntures	973.435	900.289	8%
Disponibilidades	245.101	308.117	-20%
Caixa e Equivalente de Caixa	212.552	284.561	-25%
Aplicações Financeiras Vinculadas	32.549	23.556	38%
Dívida Líquida Ajustada	1.449.642	1.271.799	14%

A dívida é definida por empréstimos/financiamentos e debêntures (excluindo o custo de captação)

O financiamento obtido junto ao BNDES (linhas FINEM e Debêntures) estão indexados pelo IPCA

### **Principais Investimentos**

Investimentos (R\$ Mil)	2022	2021	Δ
Investimento Total	2.656.608	2.326.259	14%
Imobilizado	69.884	34.779	101%
Intangível	2.586.724	2.291.480	13%
Direito de Concessão (Investimento)	2.579.842	2.279.080	13%
Direito de Uso	6.882	12.400	-45%

Os investimentos realizados em 2022 estão representados principalmente pelo Programa Intensivo Complementar, que visa reestabelecer as condições estruturais da rodovia como pavimento, sinalização, drenagem e terraplenos, além de edificação de SAU's, acostamentos, parada de carga excepcional, duplicação, equipamentos de monitoração de tráfego, rede Wi-Fi, entre outros equipamentos de tecnologia, projetos de duplicação, vias marginais, PGF's, parada de ônibus, entre outros

## SOBRE A COMPANHIA

A Eixo



A EIXO SP Concessionária de Rodovias S.A., localizada na Rodovia Washington Luis, s/n, Km 216,800 - Pista Sul - Itirapina/SP, empresa controlada pela Infraestrutura Brasil Holding IX S.A. - IBH IX, é uma sociedade de propósito específico, cujo objeto social único e exclusivo da exploração da concessão de serviço público, de ampliação, operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do sistema constituído pelos segmentos rodovíários e acessos que compõem o Lote 30 denominado Lote Piracicaba-Panorama, nos termos do Edital de Concorrência Internacional nº 01/2019, concedido pelo Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da ABTESP. Anância Reguladora do Serviços Públicos Delegados de Serviços Público intermédio da ARTESP, Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo e de acordo com as decisões tomadas em função das orientações recebidas do acionista controlador. A cobrança do pedágio iniciou-se em 4 de junho de 2020 no trecho que compreende a extensão de 263,42 quilômetros da SP-310 e da SP-225, entre as cidades de São Carlos e Rio Claro, e de Itirapina a Bauru, que já estavam sob concessão há 20 anos. O início de cobrança de pedágio das praças novas ocorreu da seguinte forma: - 3 praças de pedágio em 15 de julho de 2021; - 5 praças de pedágio em 28 de julho de 2021; - 7 praças de pedágio em 12 de agosto de 2021; - 1 praça de pedágio em 16 de outubro de 2021. As praças de pedágio novas estão localizadas no trecho de 958 quilômetros de rodovias que estavam sob a gestão do DER - Departamento de Estradas de Rodagem - formados por trechos das vias SP-284; SP-293; SP-294; SP-331; SP-425; SP-261; SP-304; SP-308; SP-197 e SP-191, ligando municípios das regiões de Bauru, Marília e Presidente Prudente. O Lote da concessão compreende a extensão de 1.221,42 quilômetros de malha formada por 12 rodovias paulistas que passam por 62 municípios, desde Rio Claro, na região central do Estado de São Paulo, até Panorama, no extremo coete, na divisa com o Estado do Mato Grosso do Sul. O contrato de concessão firmado com o governo paulista prevé investimento de R\$14,1 bilhões ao longo dos 30 anos (base junho/2020). Serão alocados R\$8 bilhões para obras de ampliação e melhoramentos, R\$4.6 bilhões na restauração de rodovias. R\$500 milhões de investimentos socioambientais, e mais R\$1,1 bilhões em equipamentos e sistemas para melhorar a segurança do trecho e implementar um atendimento de alta qualidade aos usuários, que prevê monitoramento por câmeras inteligentes em 100% malha viária, e cão de rede de los som fio (wi fi) que vai conexão em todo o trecho concedido, com informações em tempo real. Os planos em curso visam atender ao contido no contrato de concessão e seus anexos, de acordo com o plano de investimentos e EVTE publicados no processo licitatório de Concorrência Internacional 01/2019. O Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU) já funciona 24 horas por dia nas 32 bases de atendimentos ao longo de todo o trecho, dando suporte de emergência aos usuários com 89 veículos operacionais

# **Relacionamento com os Auditores Independentes**

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes foi contratada para a prestação dos seguintes serviços em 2022: (i) auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS); e (ii) revisão das informações financeiras trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). A Companhia não contratou os auditores independentes para outros trabalhos que não os servicos de auditoria das demonstrações financeiras e serviços de auditoria para abertura de capital. A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não prestar adulia seu propin indualini, (p) rido Aedicir Individos gereiandas, e (c) rido presian quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes. Além disso, a Administração obtém dos auditores independentes declaração de que os serviços especiais prestados não afetam a sua independência profissional. As informações no relatório de desempenho que não estão claramente identificadas como cópia das informações constantes das informações financeiras, não foram objeto de auditoria ou revisão pelos auditores independentes

A empresa e seus administradores têm como objetivo principal oferecer serviços de alto nível, com excelência na gestão e operação do trecho concedido, atendendo os anseios do usuário, dos acionistas, do poder público e dos diversos entes da sociedade interessados por sua operação.





Demonstrações Financeiras 2022



# BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO CIRCULANTE	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO CIRCULANTE	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	3	212.552	284.561	Fornecedores	11	47.130	54.276
Aplicações financeiras vinculadas	4	12.274	8.270	Empréstimos e financiamentos	12	1.761	1.658
Contas a receber	5	58.041	46.060	Debêntures	13	843	869
Estoques	6	4.447	3.005	Credor pela concessão	14	33.002	13.190
Adjantamento a Fornecedores	0	2.480	1.945		14	33.002	13.190
		3.084	2.546	Salários a pagar, provisão trabalhista	15	13.482	13.041
Despesas Antecipadas				e encargos sociais	16		
Impostos a recuperar		2.466	2.911	Impostos, taxas e contribuições	16	12.524	13.771
Partes relacionadas	17	173	200	Adiantamento de clientes		2.108	2.019
Outros ativos		252	345	Seguros e garantias		95	149
Total do ativo circulante		295.769	349.843	Passivo de arrendamento	18	3.863	7.361
NÃO CIRCULANTE				Partes relacionadas	17	1.272	2.345
Aplicações financeiras vinculadas	4	20.275	15.286	Provisão para manutenção	19	119.142	1.111
Impostos diferidos	7	38.073	23.291	Outras contas a pagar		598	369
Depósitos judiciais		750	140	Total do passivo circulante		235.820	110.159
Imobilizado	8	69.884	34.779	NÃO CIRCULANTE			
Intangível	9	2.579.842	2.279.080	Empréstimos e financiamentos	12	685.814	628.673
Direito de uso	10	6.882	12.400	Debêntures	13	383.215	359.076
Total do ativo não circulante		2.715.706	2.364.976	Debêntures - Partes relacionadas	13	581.694	530.167
				Passivo de arrendamento	18	2.644	5.456
				Provisão para riscos processuais	20	9.058	1.254
				Provisão para manutenção	19	57.943	58.343
				Dividendos	21.b	811	492
				Total do passivo não circulante		1.721.179	1.583.461
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital Social	21.a	969.857	969.857
				Reserva Legal	21.c	4.272	2.592
				Reserva de lucros	21.d	80.347	48.750
				Total do patrimônio líquido		1.054.476	1.021.199
TOTAL DO ATIVO		3.011.475	2.714.819	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO	LÍQUIDO	3.011.475	2.714.819
	As notas	explicativas s	são parte integ	rante das demonstrações financeiras.			

**Economia & Negócios** 

# DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital Social		Lucro	Res	ervas				
	Subscrito	A integralizar	acumulados	Legal	Lucros	Total			
SALDO EM 31/12/2020	1.400.000	(922.643)		1.486	27.947	506.790			
Integralização de capital	-	492.500		-	-	492.500			
Lucro líquido do exercício		-	22.119	-	-	22.119			
Destinação do resultado do exercício	-		(21.909)	1.106	20.803	-			
Dividendos obrigatório (R\$ 0,030 por ação)			(210)			(210)			
SALDO EM 31/12/2021	1.400.000	(430.143)		2.592	48.750	1.021.199			
Lucro líquido do exercício		-	33.596			33.596			
Destinação do resultado do exercício	-		(33.277)	1.680	31.597	-			
Dividendos obrigatório (R\$ 0,031 por ação)			(319)			(319)			
SALDO EM 31/12/2022	1.400.000	(430.143)		4.272	80.347	1.054.476			
As notes explicatives elle nexts integrants des demonstracion financeiros									

## DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

explicativa	01/01/2022 à 31/12/2022	01/01/2021 à 31/12/2021	explicat	tiva	1/01/2022 à 31/12/2022	31/12/2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	00 500	00.110	Amortização de juros debêntures	13	(19.444)	(7.794)
Lucro do exercício	33.596	22.119	Juros pagos sobre contrato	40	(0.40)	(070)
Ajustes:	140.054	05.070	de arrendamento	18 _	(646)	(878)
Depreciações e amortizações 23	142.654	95.873	Caixa líquido gerado pelas		070 504	00.000
Baixa do intangível	0.40	629	atividades operacionais	_	372.504	88.062
Juros incorridos sobre arrendamento 18	646	878	FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES			
Impostos diferidos 7	(14.782)	(22.859)	DE INVESTIMENTO		(4===00)	(0= 4=0)
Provisão para riscos 20	7.804	1.225	Aquisições de imobilizado	8	(47.738)	(25.459)
Provisão para manutenção 19	117.631	59.454	Aquisições de intangível	9	(379.843)	(728.040)
Juros e apropriação de custo			Aplicações financeiras vinculadas	4 _	(8.993)	(23.556)
sobre empréstimos e financiamentos 12	42.355	73.814	Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	۰ _	(436.574)	(777.055)
Juros e apropriação de custo			FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES			
sobre debêntures 13	95.084	21.902	DE FINANCIAMENTO			
Variação nos ativos e passivos operacionais:			Captação empréstimos e financiamentos	12	-	594.595
Contas a receber	(11.981)	(21.977)	Amortização de empréstimos			
Estoques	(1.442)	(1.544)	e financiamentos	12	-	(1.000.000)
Impostos a recuperar	445	(2.887)	Captação de debêntures	13	-	828.670
Adiantamento a fornecedores	(536)	(1.027)	Recursos provenientes de alienação			
Despesas antecipadas	(538)	6.787	de intangível			5.655
Outros ativos	(515)	(483)	Pagamento (principal) dos contratos			
Fornecedores	648	(81.650)	de arrendamento mercantil	18	(7.939)	(6.407)
Salários a pagar, provisões trabalhistas			Integralização de capital	_		492.500
e encargos sociais	441	5.061	Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas)			
Credor pela concessão	19.811	12.808	pelas atividades de financiamento	_	(7.939)	915.013
Impostos, taxas e contribuições	49.537	11.735	REDUÇÃO (AUMENTO) DO SALDO DE			
Contas a pagar com partes relacionadas	(1.046)	1.992	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(72.009)	226.020
Outras contas a pagar	259	2.075	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	_	284.561	58.541
IRPJ e CSLL pagos no período	(50.784)	(10.103)	Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		212.552	284.561
Amortização de juros empréstimos	, ,	, ,	REDUÇÃO (AUMENTO) DO SALDO			
e financiamentos 12	(36.693)	(77.088)	DE CÂIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	_	(72.009)	226.020
As note	as explicativas	são parte integ	rante das demonstrações financeiras.	_		

## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

	Nota	01/01/2022 à	01/01/2021 à
	explicativa	31/12/2022	31/12/2021
RECEITA LÍQUIDA	22	1.209.552	1.291.785
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	23	(919.005)	(1.145.823)
UCRO BRUTO		290.547	145.962
Despesa administrativas	23	(42.454)	(40.972)
Outras Receitas Operacionais		1.590	554
UCRO OPERACIONAL ANTES			
DO RESULTADO FINANCEIRO		249.683	105.544
Receitas financeiras	24	23.020	14.666
Despesas financeiras	24	(197.712)	(110.056)
Resultado Financeiro		(174.692)	(95.390)
LUCRO DO EXERCÍCIO ANTES DO IMPOS	TO		
DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIA	L	74.991	10.154
mposto de renda e contribuição			
social correntes	7	(56.177)	(10.894)
mposto de renda e contribuição			
social diferidos	7	14.782	22.859
MPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO S	OCIAL		
UCRO DO EXERCÍCIO		33.596	22.119
ucro por ação - básico	25	0,0346	0,0304
ucro por ação - diluído	25	0,0323	0,0269
As notas explicativas são parte integra	nte das dem	onstrações fin	anceiras.

## DEMONSTRAÇÃO DE **RESULTADO ABRANGENTE**

	01/01/2022 à	01/01/2021 à
	31/12/2022	31/12/2021
Lucro do exercício	33.596	22.119
Outros resultados abrangentes		
Resultado Abrangente do exercício	33.596	22.119

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	Nota explicativa	01/01/2022 à 31/12/2022	
RECEITAS			
Com arrecadação de pedágio e acessórias	22	894.105	576.522
Com construção	22	392.430	764.866
Outras receitas		1.590	
		1.288.125	1.341.942
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			
Custo e Despesa operacionais	23	(565.694)	
Serviços terceiros, seguros e outros	23	(90.220)	
Poder concedente	23	(75.541)	(38.245)
Valor adicionado (consumido) bruto RETENÇÕES		556.670	
Depreciações e amortizações VALOR ADICIONADO (CONSUMIDO)	23		
LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHI VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	A	414.016	223.553
Receitas financeiras VALOR ADICIONADO (CONSUMIDO)	24	23.020	14.666
TOTAL A DISTRIBUIR		437.036	238.219
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO Pessoal:			
Proventos		50.536	39.308
Benefícios		12.479	
Encargos sociais e trabalhistas		17.336	
Outros encargos		2.878	
out of other goo	23	83.229	
Remuneração de capitais a terceiros:			
Juros sobre empréstimo	24	119.381	82.405
Despesas financeiras	24	46.658	
Atualização provisão manutenção	24	31.673	
Aluguéis	23	4.121	2.854
Coverno		201.833	112.910
Governo: Imposto de renda e contribuição			
social correntes	7	56.177	10.894
Imposto de renda e contribuição	,	30.177	10.034
social diferidos	7	(14.782)	(22.859)
Imposto Sobre Serviço de	•	(14.702)	(22.000)
Qualquer Natureza (ISSQN)	22	44.348	28.559
Programa de Integração Social (PIS) Contribuição para Financiamento	22	5.811	3.748
da Seguridade Social (COFINS)	22	26.824	17.296
		118.378	
Atribuído aos acionistas:			
Lucro do exercício		33 596	22 119

Lucro do exercício VALOR CONSUMIDO 437.036 As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

# 1. CONTEXTO OPERACIONAL

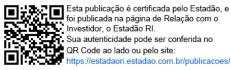
A Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia"), constituída em 27 de intangível, pois refere-se ao direito da Companhia de cobrar dos usuários pelos com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial janeiro de 2020, tem por objeto único e exclusivo a exploração da concessão de serviço público, de operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do sistema constituído pelos segmentos rodoviários e acessos que compõem o Lote 30 denominado Lote Piracicaba-Panorama, nos termos do Edital de concessão há 20 anos. O início de cobrança de pedágio das praças novas ocorreu da orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Concorrência Internacional nº 01/2019, sendo a sede da Companhia localizada na seguinte forma: • 3 praças de pedágio em 15 de julho de 2021. • 5 praças de pedágio Rodovia Washington Luis, s/n, Km 216,80 - Pista Sul - Itirapina - SP. A Companhia tem como única acionista e controladora a Infraestrutura Brasil Holding IX S.A., que por sua vez tem como controladores em conjunto o fundo Pátria Infraestrutura IV - Fundo trecho de 958 quilômetros de rodovias que estavam sob a gestão do DER de Investimento em Participações Multiestratégia e o NY Fundo de Investimento em Departamento de Estradas de Rodagem - formados por trechos das vias SP-284; Participações Multiestratégia ("GIC Group"). O Contrato de Concessão possui prazo SP-293; SP-294; SP-331; SP-425; SP-261; SP-308; SP-308; SP-197 e SP-191, de 30 anos, com início em junho de 2020, para a exploração da concessão de serviço público, de ampliação, operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do sistema constituído pelos segmentos rodoviários e acessos que compõem o Lote 30 denominado Lote Piracicaba-Panorama. O Contrato de Concessão envolve o desenvolvimento de infraestrutura em transporte, especificamente por meio da prestação de serviços públicos de operação, manutenção e realização de investimentos necessários à exploração do sistema rodoviário que integra o trecho. Pela exploração do sistema rodoviário, a Companhia assumiu o compromisso de pagar: • A outorga fixa no valor de R\$1.136.335, a qual foi paga em 1 parcela, sendo reconhecida como Direito de exploração, classificada no ativo intangível. • O contrato prevê pagamento de ônus de fiscalização (1,5% sobre a receita bruta) desde o início da cobrança do pedágio, e outorga variável (7% sobre a receita bruta), esta última iniciada a partir do 13º mês contado da assinatura do termo de transferência inicial. A receita bruta é composta pela receita tarifária bruta, adicionada à receita acessória bruta. • Compromissos futuros: o contrato de concessão da Companhia prevê investimento de aproximadamente R\$13,2 bilhões para o período remanescente da concessão, devendo ser alocados para obras de ampliação e manutenção do trecho concedido. A data de início da operação ocorreu em 4 de junho de 2020, formalizada pela assinatura do termo de transferência, com prazo de 30 anos a contar desta data. Adicionalmente, o projeto abrange investimentos obrigatórios relacionados à duplicação de 535 quilômetros de faixas rodoviárias entres os Municípios de Marília e Panorama, Parapuã e Martinópolis, Martinópolis e Assis, e entre Piracicaba e Jahu. Além disso, haverá construção de vias marginais, construção de faixas adicionais, dispositivos de acesso retorno, ciclovias, áreas de descanso para caminhoneiros e os investimentos em 32 bases do Serviço de Atendimento aos Usuários - SAU. Ao término do período da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema

ssumidas no contrato de concessão, são classificados inicialmente como ativo serviços prestados. A cobrança do pedágio iniciou-se em 4 de junho de 2020 no trecho que compreende a extensão de 263.42 quilômetros da SP-310 e da SP-225. em 28 de julho de 2021. • 7 praças de pedágio em 12 de agosto de 2021. • 1 praça de pedágio em 16 de outubro de 2021. As praças de pedágio novas estão localizadas no ligando municípios das regiões de Bauru, Marília e Presidente Prudente. O Lote da concessão compreende a extensão de 1.221,42 quilômetros de malha formada por 12 rodovias paulistas que passam por 62 municípios, desde Rio Claro, na região central do Estado de São Paulo, até Panorama, no extremo oeste, na divisa com o Estado do Mato Grosso do Sul. O Servico de Atendimento ao Usuário (SAU) funciona 24 horas por dia nas 32 bases de atendimentos ao longo de todo o trecho, dando suporte de emergência aos usuários com 89 veículos operacionais. O contrato de concessão estabelece que as tarifas de cada praça de pedágio serão definidas tendo como referência uma tarifa quilométrica para cada trecho de pista simples ou dupla, cada uma com o seu valor já determinado e corrigido anualmente pelo IPCA. 1.1. Efeitos da pandemia da COVID-19: Em 15 de maio de 2020, juntamente com a assinatura do contrato da concessão foi assinado termo aditivo modificativo reconhecendo os efeitos do COVID-19 como sendo fator de caso fortuito e/ou força maior. Até o presente momento a Companhia está discutindo com a ARTESP - Agência Reguladora dos Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo a quantificação do deseguilíbrio. Em paralelo à discussão na fase administrativa a Companhia ingressou com ação judicial contra ARTESP com o objetivo de reconhecer o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão nº 0409/ARTESP/2020 ("Contrato de Concessão") e reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do primeiro ano de operação do Contrato de Concessão. A ação principal está em fase de contestação por parte da ARTESP e Procuradoria Geral do Estado - "PGE"

# 2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS APLICÁVEIS

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela CVM. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações rodoviário. Os gastos para aquisição de bens reversíveis, decorrentes das obrigações financeiras estão descritas a seguir. 2.1. Declaração de conformidade: As perdas na realização desses créditos. Durante o exercício findo em 31 de dezembro

demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo Reporting Standards - IFRS") emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB" e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem entre as cidades de São Carlos e Rio Claro, e de Itirapina a Bauru, que já estavam sob aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas poi das atividades da Companhia. 2.2. Bases de apresentação: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é com base no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. As demonstrações financeiras foram elaborada: no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade de a Companhia dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estima o valor justo de um ativo ou passivo, a Administração leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras é determinado nessa base. Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real - R\$, que é a moeda funcional da Companhia. 2.3. Caixa e equivalentes de caixa: A Companhia e suas controladas classificam nessa categoria os saldos de caixa, de contas bancárias de livre movimentação e os investimentos de curto prazo, de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e cuja realização possa ocorrer em um prazo inferior a 90 dias. 2.4. Contas a receber: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal da atividade da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são registradas a valor justo, deduzidos de provisão para perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento. A provisão para perda de créditos esperados é constituída para cobrir eventuais





Demonstrações Financeiras 2022



de 2022, não houve ajuste a valor presente nas transações dos serviços prestados, por não serem relevantes no contexto geral das demonstrações financeiras. 2.5. Estoque: Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Companhia. 2.6. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos: A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. Os impostos diferidos serão constituídos para diferenças temporárias e prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, se aplicável. 2.6.1. Impostos correntes: O imposto corrente se baseia no lucro real do exercício, tendo a sua apuração anual. O lucro real difere do lucro apresentado no resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Os passivos fiscais correntes da Companhia são calculados com base em alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no final do período de relatório. Uma provisão é reconhecida para questões para as quais a apuração de impostos é incerta, mas há probabilidade de desembolso futuro de recursos para uma autoridade fiscal. 2.6.2. Impostos diferidos: O imposto diferido é o imposto devido ou a recuperar sobre as diferenças entre o valor contábil de ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as correspondentes bases de cálculo usadas na apuração do lucro real. Os passivos fiscais diferidos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos fiscais diferidos são reconhecidos quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Esses ativos e passivos não são reconhecidos se a diferença temporária resultar do reconhecimento inicial de ágio ou do reconhecimento inicial (exceto combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil. Impostos diferidos são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas leis e alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no fim de cada exercício. 2.7. Ativos financeiros: Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro. Classificação dos ativos financeiros: Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais. ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. A Companhia não apresenta instrumentos de dívida que são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. 2.8. Imobilizado: O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico menos depreciação acumulada e qualquer perda não recuperável acumulada "impairment". O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme divulgado. A vida útil estimada, os valores residuais e o método de depreciação são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. 2.9. "Impairment" (perda por valor recuperável): A Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis sempre que há algum indício de que tais ativos sofreram perda por impossibilidade de recuperação de seu valor. Em caso afirmativo, estima-se o valor recuperável do ativo e a perda é registrada no resultado. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis e intangíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. 2.10. Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas na elaboração das Demonstrações Financeiras: Práticas contábeis críticas são aquelas que: (a) são importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados; e (b) requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que tenham impacto sobre questões que são inerentemente incertas. À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos. Contabilização de contratos de concessão: Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à interpretação do Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerado no Contrato de Concessão. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados. Receita de contratos com clientes: (a) Receita de Pedágio e Receitas Acessórias: É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida que a Companhia espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para um cliente. As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita. As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias. As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços. (b) Receitas de Construção: A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com a Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, ICPC 01, sempre que uma concessionária de servicos públicos executa obras, mesmo podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos servicos, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção, Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis: A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível. Custo de empréstimos: Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido. Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizadas pelo tempo dos contratos 2.11. Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura -ICPC 01 (R1): A infraestrutura, dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01-Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. A Companhia tem acesso para construir e/ou

operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder

concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, a Companhia atua como prestadora de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (servicos de operação) durante determinado prazo. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos gastos realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo de concessão da rodovia. De acordo com o pronunciamento técnico CPC 04 - Ativo Intangível, "O valor amortizável de ativo intangível com vida útil definida deve ser apropriado de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada" e ainda "O método de amortização utilizado reflete o padrão de consumo pela entidade dos benefícios econômicos futuros". 2.12. Fornecedores e outras contas a pagar: São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensurado pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. 2.13. Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação da relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. 2.14. Credor pela concessão: Representa os valores de ônus de fiscalização (1,5%) e ônus variável (7%), - ambos tendo como base de cálculo a receita bruta de pedágio mais receita acessória- a pagar ao Poder Concedente decorrentes das obrigações constantes no contrato de concessão. Os valores encontram-se contabilizados pelo valor presente, considerando os índices contratuais. 2.15. Provisões: Quando aplicável, as provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, é provável que terá de liquidar a obrigação e quando é possível mensurar de forma confiável o valor da obrigação. Uma obrigação construtiva, ou não formalizada, é aquela que decorre das ações da Companhia que, por meio de um padrão estabelecido de práticas passadas, de políticas publicadas ou de uma declaração atual suficientemente específica. indique a outras partes que a Companhia aceitará certas responsabilidades e, em consequência, cria uma expectativa válida nessas outras partes de que cumprirá com essas responsabilidades. 2.16. Provisão para manutenção: Provisão para manutenção: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias para mantê-las nos níveis preestabelecidos de utilização, conforme determinado pelo poder concedente 2.17. Passivos financeiros e patrimônio líquido: Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado. Instrumentos financeiros híbridos: O valor de opção de conversão de Debêntures em patrimônio líquido deve ser incluído no componente do passivo. A soma dos montantes atribuídos aos componentes do passivo e patrimônio líquido no reconhecimento inicial é sempre igual ao valor justo que seria atribuído ao instrumento como um todo. Nenhum ganho ou perda deve decorrer do reconhecimento inicial dos componentes do instrumento separadamente. O emissor de título conversível em ações ordinárias deve determinar primeiro o valor contábil do componente do passivo, mensurando o valor justo de passivo similar que não tenha um componente de patrimônio líquido associado. O valor contábil do instrumento patrimonial representado pela opção de conversão do instrumento em ações ordinárias deve ser, então, determinado pela dedução do valor justo do passivo financeiro do valor justo do instrumento financeiro composto como um todo. 2.18. Lucro básico e diluído por ação: O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. 2.19. Reconhecimento de receita: Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no exercício de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão. A receita é calculada de acordo com os valores estipulados pelo Poder Concedente, sendo o valor da Tarifa de Pedágio cobrado do usuário das rodovias de cada uma das praças de pedágio, conforme estabelecido no Contrato de Concessão e as Receitas Acessórias de acordo com o serviço acessório que foi contratado. 2.20. Receitas e despesas financeiras: Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente. 2.21. Demonstração do valor adicionado ("DVA"): Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira para empresas de capital aberto, como parte de suas demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras. 2.22. Informação por segmento: Segmentos operacionais são definidos como componentes de um negócio para os quais demonstrações financeiras separadas estão disponíveis, não limitadas às receitas, e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do Imposto de renda diferido segmento. A Companhia organiza-se em um único segmento operacional, de concessão de rodovias. 2.23. Novos CPCs, revisões dos CPCs e interpretações ICPC (Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) em vigor no exercício corrente. Os pronunciamentos contábeis abaixo listados foram publicados e/ou que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes revisados e entraram em vigor para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021. A adoção dessas Normas e Interpretações não teve impactos relevantes sobre as divulgações ou os valores divulgados nestas demonstrações financeiras. No exercício social corrente, a Companhia aplicou as alterações ao CPC 06 (R2) a partir da sua data de vigência e não teve impactos relevantes. CPCs novos e revisados emitidos e ainda não aplicáveis: Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou aos CPCs novos e revisados a seguir, já

emitidos e ainda não aplicáveis: CPC 50 (IFRS 17) Contratos de Seguros CPC 36 (R3) (IFRS 10) -Venda ou Contribuição de Ativos entre um Demonstrações Consolidadas Investidor e sua Coligada ou Joint Venture e CPC 18 (R2) (IAS 28 alterações) Classificação de Passivos como Circulantes CPC 26 (R1) (Alterações à IAS 1) ou Não Circulantes CPC 15 (R1) (Alterações à IFRS 3) Referência à Estrutura Conceitual Imobilizado - Recursos Antes do Uso CPC 27 (Alterações à IAS 16) Pretendido Contratos Onerosos - Custo de CPC 5 (Alterações à IAS 37) Cumprimento do Contrato CPC 37 (R1) (Alterações à IFRS 1) -Adoção Inicial das Normas Internacionais Melhorias Anuais ao Ciclo de Contabilidade, CPC 48 (IFRS 9) de CPCs (IFRS) 2018-2020 Instrumentos Financeiros e CPC 06 (IFRS 16) - Arrendamentos CPC 26 (R1) (Alterações à IAS 1 Divulgação de Políticas Contábeis e IFRS - Declaração da Prática) CPC 23 (Alterações à IAS 8) Definição de Estimativas Contábeis Imposto Diferido Relacionado a Ativos e CPC 32 (Alterações à IAS 12) Passivos Resultantes de uma Única

A Companhia não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras em exercícios futuros

#### 3. CAIXA E EOUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2022	31/12/2021
aixa	5.904	4.172
ancos	6.500	2.168
plicações Financeiras (i)	200.148	278.221
otal (ii)	212.552	284.561

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa, as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que seja mantida uma classificação de crédito adequada, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital considerando as mudanças nas condições econômicas. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentava estrutura de capital destinada a viabilizar os compromissos assumidos. (i) Aplicações financeiras realizadas em CDB com liquidez diária indexadas ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI à taxa média entre 100% e 101%, em 31 de dezembro de 2022 e à taxa média entre 90% e 100%, em 31 de dezembro de 2021. (ii) Na data da finalização destas demonstrações financeiras a Administração da Companhia tem a intenção de utilização dos saldos mantidos em caixa e equivalentes de caixa com compromissos de curto prazo.

### 4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

	31/12/2022	31/12/2021
Aplicações vinculadas - Empréstimos BNDES	19.263	13.342
Aplicações vinculadas - Debêntures	13.286	10.214
Total	32.549	23.556
Circulante	12.274	8.270
Não Circulante	20.275	15.286
	32.549	23.556

Conforme contrato, a Companhia deverá manter 2 contas para pagamentos do financiamento obtido junto ao BNDES e 2 contas para pagamento das debêntures controladas diretamente pelo Banco Santander, e o saldo aplicado será de uso exclusivo para pagamento das operações de financiamento mencionadas abaixo BNDES: (a) Pagamento BNDES: conta específica para constituição de 1 parcela a ser paga trimestralmente. (b) Reserva BNDES: conta específica para constituição de 3 parcelas adicionais que poderão ser utilizadas quando a conta pagamento BNDES não possuir saldo suficiente para pagamento. <u>Debêntures</u>: (a) Pagamento Debêntures conta específica para constituição de 1 parcela a ser paga semestralmente. (b) Reserva Debêntures: conta específica para constituição de 1 parcela adicional que poderá ser utilizada quando a conta pagamento Debêntures não possuir saldo suficiente para pagamento. A Administração da Companhia não possui indícios quanto a possibilidade de não constituir saldo suficiente em conta para pagamento mantendo, portanto, as contas de reserva como não circulante. Aplicações financeiras vinculadas (CDBs) estão sendo mantidas em instituição financeira de primeira linha com liquidez diária indexadas ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI à taxa de 95%, tanto em 31 de dezembro de 2022 quanto em 31 de dezembro de 2021.

## 5. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por

	31/12/2022	31/12/2021
edágio eletrônico a receber (*)	57.924	46.060
eceitas acessórias a receber	117	
otal	58.041	46.060
vencer	58.041	46.060
otal	58.041	46.060
		1 16 1

(\*) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão recebidas das operadoras de serviço de arrecadação - "OSA". A Administração da Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro

# 6. ESTOQUES

Os estoques estão representados por

Jniformes e EPIs	2.252	1.289
Manutenção civil e hidráulica	1.097	834
Dutros	1.098	882
- Total	4.447	3.005
Em 31 de dezembro de 2022 os estoques não tinham sid	do dados em	narantia das

31/12/2022 31/12/2021

31/12/2022 31/12/2021

operações da Companhia. Na data da finalização destas demonstrações financeiras a Administração da Companhia tem a intenção de utilização dos saldos mantidos em

# 7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

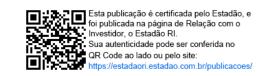
imposto de remad anomas	_,,,,,,	
Contribuição social diferida	10.078	6.166
Total	38.073	23.291
2022		2.705
2023	1.819	371
Após 2024	36.254	20.215
Total	38.073	23.291
<ul> <li>b) O imposto de renda e a contribuição social diferida origens:</li> </ul>	s ativas tem	as seguintes

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas,		
tributários e previdenciários	7.449	1.091
Provisão de fornecedores	4.238	3.972
Provisão para manutenção	177.084	59.454
Capitalização de juros	(77.900)	-
Provisão PLR	(793)	3.322
Outras	1.901	664
Base de cálculo Total	111.979	68.503
Taxa combinada de impostos	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	38.073	23.291

c) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos do exercício: A conciliação do imposto de renda e da contribuição social registrada no

	resultado é demonstrada a seguir:		
		31/12/2022	31/12/2021
	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	74.991	10.154
	Alíquota nominal	34%	34%
	Imposto de renda e contribuição social nominal	(25.497)	(3.452)
	Ajuste para alíquota efetiva:		
	Capitalização de juros	(15.960)	-
	Efeito tributário das adições e exclusões:		
_	Amortização da capitalização de juros	(758)	15.768
	Outras diferenças permanentes	819	(351)
	Despesa de imposto de renda e contribuição social	(41.396)	11.965
	Impostos de renda e contribuição social corrente	(56.178)	(10.894)
	Impostos de renda e contribuição social diferido	14.782	22.859
		(41.396)	11.965
	Alíquota efetiva de impostos de renda		

118%



e contribuição social %

telefonia comercial



## EIXO SP Concessionária de Rodovias S.A.

Móveis e

utensílios

527

Máquinas e

9 441

equipamentos

CNPJ/ME Nº 36.146.575/0001-64 - NIRE 35.300.548.213

Demonstrações Financeiras 2022

Equipamentos de Equipamentos

326

para veículos

Caminhões Outros

639

23.952

Total

39.597



## 8. IMOBILIZADO

Custo do imobilizado

Saldo em 31 de dezembro de 2021

Adições	240	4.956	416	5	457	40.795	331	47.200
Saldo em 31 de dezembro de 2022	767	14.397	5.117	331	468	64.747	970	86.797
Depreciação acumulada								
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(78)	(515)	(1.081)	(98)	(2)	(2.977)	(67)	(4.818)
Adições	(79)	(1.906)	(1.012)	(65)	(39)	(8.886)	(108)	(12.095)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(157)	(2.421)	(2.093)	(163)	(41)	(11.863)	(175)	(16.913)
Imobilizado líquido								
Saldo em 31 de dezembro de 2021	449	8.926	3.620	228	9	20.975	572	34.779
Saldo em 31 de dezembro de 2022	610	11.976	3.024	168	427	52.884	795	69.884
Taxas de depreciação - a.a.	10	20	20	20	25	25	10	-
	Móveis e	Máquinas e	Equipamentos	Equipamentos de	Equipamentos			
	utensílios	equipamentos	de informática	telefonia comercial	para veículos	Caminhões	Outros	Total
Custo do imobilizado								
Custo do imobilizado Saldo em 31 de dezembro de 2020	414	1.895	3.867	324	7	5.948	389	12.844
	414 113	1.895 7.546	3.867 834	2	7 4	5.948 18.004	389 250	12.844 26.753
Saldo em 31 de dezembro de 2020				324 2 326	7 4 11			
Saldo em 31 de dezembro de 2020 Adições	113	7.546	834	2		18.004	250	26.753
Saldo em 31 de dezembro de 2020 Adições Saldo em 31 de dezembro de 2021	113	7.546	834	2		18.004	250	26.753
Saldo em 31 de dezembro de 2020 Adições Saldo em 31 de dezembro de 2021 Depreciação acumulada	113 527	7.546 9.441	834 4.701	326	11	18.004 23.952	250 639	<u>26.753</u> <u>39.597</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020 Adições Saldo em 31 de dezembro de 2021 Depreciação acumulada Saldo em 31 de dezembro de 2020	113 527 (28)	7.54 <u>6</u> 9.441 (99)	834 4.701 (220)	2 326 (33)	(1)	18.004 23.952 (882)	250 639 (13)	26.753 39.597 (1.276)
Saldo em 31 de dezembro de 2020 Adições Saldo em 31 de dezembro de 2021 <u>Depreciação acumulada</u> Saldo em 31 de dezembro de 2020 Adições	113 527 (28) (50)	7.546 9.441 (99) (416)	834 4.701 (220) (861)	2 326 (33) (65)	(1)	18.004 23.952 (882) (2.095)	250 639 (13) (54)	26.753 39.597 (1.276) (3.542)
Saldo em 31 de dezembro de 2020 Adições Saldo em 31 de dezembro de 2021 <u>Depreciação acumulada</u> Saldo em 31 de dezembro de 2020 Adições Saldo em 31 de dezembro de 2021	113 527 (28) (50)	7.546 9.441 (99) (416)	834 4.701 (220) (861)	2 326 (33) (65)	(1)	18.004 23.952 (882) (2.095)	250 639 (13) (54)	26.753 39.597 (1.276) (3.542)
Saldo em 31 de dezembro de 2020 Adições Saldo em 31 de dezembro de 2021 <u>Depreciação acumulada</u> Saldo em 31 de dezembro de 2020 Adições Saldo em 31 de dezembro de 2021 <u>Imobilizado líquido</u>	113 527 (28) (50) (78)	7.546 9.441 (99) (416) (515)	834 4.701 (220) (861) (1.081)	2 326 (33) (65) (98)	(1) (1) (1) (2)	18.004 23.952 (882) (2.095) (2.977)	250 639 (13) (54) (67)	26.753 39.597 (1.276) (3.542) (4.818)
Saldo em 31 de dezembro de 2020 Adições Saldo em 31 de dezembro de 2021 Depreciação acumulada Saldo em 31 de dezembro de 2020 Adições Saldo em 31 de dezembro de 2021 Imobilizado líquido Saldo em 31 de dezembro de 2020	113 527 (28) (50) (78)	7.546 9.441 (99) (416) (515)	(220) (861) (1.081) 3.647	2 326 (33) (65) (98)	(1) (1) (1) (2)	18.004 23.952 (882) (2.095) (2.977) 5.066	250 639 (13) (54) (67)	26.753 39.597 (1.276) (3.542) (4.818)

Equipamentos

de informática

4.701

Em 31 de dezembro de 2022, não há bens do ativo imobilizado vinculados como garantia dos financiamentos, debêntures ou de processos de qualquer natureza. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS, os itens de ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores a seus valores recuperáveis são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Companhia concluiu que não há nenhum indicativo adicional que levasse à necessidade de constituição de provisão para "impairment" dos ativos imobilizados em relação a análise de impairment realizada em 31 de dezembro de 2022. A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia em 31 de dezembro de 2022.

9. INTANGÍVEL						
	Intangível em rodovias - obras e serviços - em andamento (i)	obras, serviç	ível em rodovias - os e capitalização le empréstimos (i)	Contrato de Concessão- Outorga (i e ii)	Software	Total
Custo do intangível Saldo em 31 de dezembro de 2021 Adições Transferências	218.833 148.375 (208.904)		1.034.970 275.221 208.904	1.136.335	2.531 573	2.392.669 424.169
Saldo em 31 de dezembro de 2022 Amortização acumulada	158.304		1.519.095	1.136.335	3.104	2.816.838
Saldo em 31 de dezembro de 2021 Adições Saldo em 31 de dezembro de 2022			(53.522) (85.379) (138.901)	(59.972) (37.877) (97.849)	(95) (151) (246)	(113.589) (123.407) (236.996)
Intangível líquido Saldo em 31 de dezembro de 2021 Saldo em 31 de dezembro de 2022	218.833 158.304		981.448 1.380.194	1.076.363 1.038.486	2.436 2.858	2.279.080 2.579.842
Taxas médias anuais de amortização - % (a)	Intangível em rod serviços e capitalização		Intangível em rodovias - obras	Contrato de Concessão -		
	empréstimos - em		e serviços (i)	Outorga (i e ii)	Software	Total
Custo do intangível Saldo em 31 de dezembro de 2020 Adições Baixas (b)		205.481 394.847	230.631 429.054 (6.210)	1.136.335	1.349 1.382 (200)	1.573.796 825.283 (6.410)
Transferências Saldo em 31 de dezembro de 2021 Amortização acumulada		(381.495) 218.833	381.495 1.034.970	1.136.335	2.531	2.392.669
Saldo em 31 de dezembro de 2020 Adições Baixas			(5.746) (47.914) 138	(22.095) (37.877)	(14) (89) 8	(27.855) (85.880) 146
Saldo em 31 de dezembro de 2021 Intangível líquido			(53.522)	(59.972)	(95)	(113.589)
Saldo em 31 de dezembro de 2020 Saldo em 31 de dezembro de 2021 Taxas médias anuais de amortização - % (a)		205.481 218.833	224.885 981.448	1.114.240 1.076.363	1.335 2.436	1.545.941 2.279.080

(a) O intangível, o contrato de concessão e os softwares/direito de uso são amortizados ao resultado de forma linear, pelo prazo da vida útil ou prazo remanescente da concessão, dos dois o menor, (calculada a partir da entrada em operação por um período que não excede o prazo remanescente da concessão) esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. (b) Baixas realizadas em função da substituição do sistema de arrecadação (R\$755) e baixa de torre em função da venda de torres de telecomunicação (R\$5.655), vide nota explicativa nº 17. (i) Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem basicamente a infraestrutura rodoviária e o direito de outorga. (ii) Vide nota explicativa nº 1. Foram acrescidos aos ativos intangíveis em construção, custos de empréstimos no montante de R\$51.582 em 31 de dezembro de 2022. A capitalização no exercício de 2022 foi 18% do resultado financeiro sendo finalizada em dezembro de 2022. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS, os itens de ativo intangível que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores a seus valores recuperáveis são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Companhia concluiu que não há nenhum indicativo adicional que levasse à necessidade de constituição de provisão para "impairment" dos ativos imobilizados em relação a análise de impairment realizada em 31 de dezembro de 2022

Descrição

Promissórias 1.032.744

# 10. DIREITO DE USO

	Saldo er	n atualiza				Saldo em
	31/12/202			Baixas	Depreciação	31/12/2022
Equipamentos						
operacionais	1.85	2	297	-	(1.401)	748
nstalações e						
Edificações	1.68	0 1	.210	(446)	(580)	1.864
Veículos	8.86	8	569		(5.167)	4.270
Total	12.40	02	2.076	(446)	(7.148)	6.882
		_	Ac	dições e		
		Saldo em	atual	izações		Saldo em
		31/12/2020	con	tratuais	<u>Depreciação</u>	31/12/2021
Equipamentos						
operacionais		1.109		1.500	(757)	1.852
nstalações e Ed	ificações	2.110		259	(689)	1.680
Veículos		12.774		1.119	(5.025)	8.868
Total		15.993		2.878	(6.471)	12.400

Adicões e

Saldos relacionados as operações de arrendamento da Companhia, cujos pagamentos Companhia avalia no início de cada arrendamento se é razoavelmente certo se as opções de extensão serão exercidas, e reavalia tal conclusão em caso da ocorrência de evento significativo ou uma mudança nas circunstâncias dentro de seu controle. Para cada contrato de arrendamento mercantil a Companhia reconhece um Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento composto pelo valor presente das parcelas e custos associados ao contrato de arrendamento mercantil, descontados à taxa média real de 6.09% a.a. pois os contratos de arrendamento são corrigidos pela inflação. A taxa real é equivalente às de emissão de dívidas no mercado com prazos e vencimentos equivalentes. O valor do ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil estimada do contrato em vigência e cessado quando do ajuste por perda ao valor recuperável, ou mesmo quando ocorre o cancelamento dos termos contratuais de acordo com as condições comerciais estratégia de negócios da Companhia. Pelo enquadramento tributário da Companhia não há direito à recuperação de créditos com PIS (Programa de integração social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social).

## 11 EODNECEDORES

Descri BNDES

Total

II. FORNECEDORES		
	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores - Obras	34.559	41.815
Fornecedores - Imobilizado	756	1.294
Fornecedores - Serviços	11.81 <u>5</u>	11.167
Total	47.130	54.276

# 12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

O saldo de empréstimos e financiamentos está composto pelo saldo devedor das notas promissórias e BNDES, ambos reduzido dos custos de captação a amortizar, conforme movimentação detalhada a sequir:

			Juros e atualização	A a ti		
	Saldo em		monetária/ amortização		Custo de	Saldo em
ição	31/12/2021	Captação				31/12/2022
S	630.331	-	93.937	(36.693)	-	687.575
	630.331	-	93.937	(36.693)	-	687.575

	BNDES	<u>- 650.000</u>	46.381	(10.713)	(55.337)	630.331
	Total	1.032.744 650.000	80.080	(1.077.088)	(55.405)	630.331
				31	/12/2022	31/12/2021
	Circulante				1.761	1.658
	Não circulante	•			685.814	628.673
	(i) O contrato	de financiamento firma	do com o	BNDES enco	ontra-se en	n período de
	carência, sen	do realizada, portanto, s	omente ar	nortização da	as parcelas	de juros. a)
	Financiament	BNDES. Em 22 de dez	embro de	2020, foi obti	do junto ao	BNDES um
6	crédito no va	lor de R\$3.000.000 con	nposto pel	as linhas de	Fundo de	Amparo ao
1		FAT e FAT - Depósitos E				
6		nposta de: • Subcréditos				
)		88% a.a. • Subcrédito "E"				,
1		dos créditos deverão				
9		a seguir, sem prejuízo				
•		A" e "B": até 22 de jun		., ,		
,		A Companhia obteve lib de R\$650.000 ocorridas				
)		bcrédito "C": até 22 de j				
a		<ul> <li>Subcréditos "D" e "E":</li> </ul>				
)		R\$600.000. O prazo de				
9		• Subcréditos "A", "B" e "				
)		lar-se-á em 245 prestaçõ				
•	15/05/2045. •	Subcrédito "D" e "E":	carência a	té 15/01/202	27. Após a	a carência a
	amortização o	lar-se-á em 221 prestaçõ	ões, iniciar	do em 15/01	/2027 e ter	minando em
	15/05/2045. I	No período de carênc	ia o pag	amento dos	juros se	rá realizado
	trimestralmen	te. Não há cláusulas	restritivas	("covenants"	') financei	ros sobre o
		. As principais cláusulas				
		cia de: (i) Instauração de			,	
		lo contrato de concessã	` '	,		
	concessão, qu	ie possa prejudicar o cum	nprimento	das obrigaçõe	es, sem anı	uencia prévia

Juros

Amorti- Custo de Saldo em

zação Captação 31/12/2021

(68)

atualização

monetária/

de custo

33.699 (1.066.375)

Saldo em Capta- amortização

ção

31/12/2020

do BNDES. (iii) Descumprimento das seguintes obrigações contratuais: 1. Contratação e manutenção dos seguros exigidos no plano de seguros previsto no contrato de concessão, 2. Contratação e manutenção integral da garantia de execução contratual, 3. pagamento de outorgas e taxas da ARTESP. (iv) Extinção, liquidação, dissolução, requerimento de autofalência e o pedido de recuperação judicial ou extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores (v) Pedido de recuperação judicial extrajudicial autofalência, bem como a decretação de falência. (vi) Ocorrência de declaração de vencimento antecipado das debêntures autorizadas ou qualquer outra dívida tomada. (vii) Inadimplemento das dívidas celebradas com o BNDES. (viii) Não substituição das fianças bancárias. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia encontra-se adimplente com os compromissos firmados. b) Nota Promissória: Em 19 de março de 2020, a competentes e divulgadas nas demonstrações contábeis. Quando necessário, o

Companhia ("Emissora") realizou a 1ª emissão de notas promissórias, conversíveis em ações, com vencimento final total em 10 de setembro de 2021. A Companhia emitiu 500 (quinhentas) notas promissórias alocadas sob regime de garantia firme, com valor unitário de R\$2.000, sob as quais incidiram juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias do DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 no informativo diário disponível em sua página na internet (http://www.b3.com.br) ("Taxa DI"), calculados de forma exponencial e cumulativa "pro rata temporis" por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Emissão até a data de seu efetivo pagamento, acrescida de uma sobretaxa (spread) equivalente a 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, considerando para que os critérios estabelecidos no "Caderno de Fórmulas Notas Comerciais - CETIP21" disponibilizado para consulta em sua página na Internet (http://www.b3.com.br), de acordo com a fórmula prevista nas Cártulas. Em 21 de julho de 2021, a Companhia realizou a liquidação antecipada da dívida.

#### 13. DEBÊNTURES

A posição das debêntures (com partes relacionadas e BNDES) em 31 de dezembro de 2022 é

Juros e

Descrição	Saldo em 31/12/2021	Cantação	monetária/ amortização de custo	zação		Saldo em 31/12/2022
	31/12/2021	Captação	ue custo		Captação	31/12/2022
Partes relacionadas						
(ii)	530.167	-	51.527	-	-	581.694
BNDES (ii)	359.945	-	44.407	(19.444)	(850)	384.058
Total	890.112		95.934	(19.444)	(850)	965.752
			Juros e atualização monetária/			
	Saldo ei	m Capta-	amortização	Amorti-	Custo de	Saldo em
Descrição	31/12/202	0 ção	de custo	zação	Captação	31/12/2021
Partes						
relacionadas		- 490 703	39 520	_	(56)	530 167

Partes				
relacionadas	- 490.703	39.520	- (56)	530.167
BNDES	- 350.000	29.716 (7	.794) (11.977	359.945
Total	- 840.703	69.236 (7	.794) (12.033)	890.112
			31/12/2022	31/12/2021
Circulante			843	869
Não circulante			964.909	889.243

(i) As debêntures com o BNDES encontram-se em período de carência, sendo realizada, portanto, somente amortização das parcelas de juros. (ii) As debêntures não possuem "covenant" financeiro, a) Debêntures com Partes Relacionadas: Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de dezembro de 2020, foi aprovada a realização da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, no valor total de R\$145.500 (145,5 debêntures com valor unitário de R\$1) e de debêntures conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, no valor total de R\$339.500 (339,5 debêntures com valor unitário de R\$1), em conformidade com a Instrução CVM nº 476. A conversão em ações pode ser realizada de forma obrigatória no caso de vencimento antecipado ou facultativa a critério do Debenturista a partir do 2º aniversário de integralização das Debêntures. A quantidade de ações a ser entregue ao debenturista no caso de conversão será variável e calculada pelo valor atualizado da debênture dividido pelo valor justo da ação da Companhia, multiplicado pelo número de debentures convertidas. As debêntures foram emitidas em janeiro e maio de 2021 e terão prazo de vencimento de 26 anos, com vencimento em 15 de janeiro de 2047 e com juros remuneratórios, prefixados correspondentes a 9,77% a.a. (na base 252 dias) e os juros serão pagos no vencimento das debêntures. A Companhia já recebeu o montante de R\$490.702 (R\$285.000 em janeiro e R\$205.702 em maio de 2021) através de transferência bancária. As debêntures emitidas não possuem cláusula de repactuação. As debêntures emitidas possuem, como hipóteses de vencimento antecipado, a ocorrência de declaração do vencimento antecipado de qualquer outra dívida e/ou financiamento de longo prazo tomados pela Emissora junto a instituições financeiras, públicas ou privadas e/ou emissão de valores mobiliários no mercado de capitais brasileiro ou internacional. b) Debêntures BNDES: Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de maio de 2021, foi aprovada a realização da 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em acões, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor total de R\$350.000 (350 debêntures com valor unitário de R\$1), em conformidade com a Instrução CVM nº 476. As debêntures foram emitidas em julho de 2021 e terão prazo de vencimento de 174 meses, com vencimento em 15 de dezembro de 2035, atualizados por IPCA acrescidos de juros remuneratórios de 5,05% a.a. (na base 252 dias) e os juros serão pagos semestralmente, iniciando em 15 de dezembro de 2021. A amortização do principal dar-se-á em 22 parcelas semestrais e consecutivas, sendo a primeira em 15 de junho de 2025 e última em 15 de dezembro de 2035. A Companhia já recebeu o montante de R\$350.000, através de transferência bancária. As debêntures emitidas não possuem cláusula de repactuação. As debêntures emitidas possuem, como hipóteses de vencimento antecipado, a ocorrência de não pagamento do saldo do valor nominal atualizado, dos juros remuneratórios e/ou quaisquer outras obrigações pecuniárias devidas aos debenturistas, entre outras. Não há cláusulas restritivas ("covenants") financeiros sobre as debêntures.

# 14. CREDOR PELA CONCESSÃO

Corresponde ao pagamento de ônus de fiscalização de 1,50% e outorga variável I e II (4,00% e 3,00% respectivamente) totalizando 7,00%, constante do contrato de concessão, que somam um total de 8.50% das receitas de pedágio e receitas acessórias da Companhia auferidas mensalmente. A antecipação da compensação para o desconto de usuário frequente - "ACDUF" corresponde à devolução de 75% da

outorga variável I do contrato de concessão.		
	31/12/2022	31/12/2021
Ônus de fiscalização	1.158	750
Outorga variável	7.979	5.841
Antecipação da compensação para o		
desconto de usuário frequente (i)	23.865	6.599
Total	33.002	13.190

(i) O contrato de concessão prevê desconto aos usuários frequ descontos são compensados com parte da outorga variável a título de reequilíbrio antecipado do Desconto do Usuário Frequente - "ACDUF". Considerando a apuração mensal é realizada com base em estimativa e não nos valores reais, assim que concluído o processo administrativo junto à ARTESP providenciaremos a devolução do montante reequilibrado a maior.

# 15. SALÁRIOS A PAGAR, PROVISÃO TRABALHISTA E ENCARGOS SOCIAIS

13. SALAMOS A FAGAM, FROVISAO MADALINSIA E EM	ICANGOS SOC	IAIS
	31/12/2022	31/12/2021
Salários e honorários	653	512
Encargos sociais e previdenciários	2.701	1.970
Provisão de férias	8.587	5.712
Provisão para participação nos lucros		
ou resultados e gratificações	1.541	4.847
Total	13.482	13.041
16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES		
	31/12/2022	31/12/2021
Programa Integração Social - PIS e Contribuição para		
Financiamento da Seguridade Social - COFINS	3.112	2.652
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e		
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	3.992	5.365
Imposto Sobre Serviços - ISS	4.049	3.424
Impostos federais terceiros	334	956
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS terceiros	480	634
Imposto Sobre Serviços - ISS terceiros	557	740
Total	12.524	13.771

# 17. PARTES RELACIONADAS

As operações entre quaisquer das partes relacionadas, sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas com taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração



Saldo em

31/12/2022 31/12/2021



## EIXO SP Concessionária de Rodovias S.A.

CNPJ/ME N° 36.146.575/0001-64 - NIRE 35.300.548.213

Demonstrações Financeiras 2022



procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que Os valores registrados como provisão referem-se à manutenção do sistema rodoviário, D determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; (iii) a quaisquer a cada oito anos. matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apresenta saldo em aberto com partes relacionadas, conforme abaixo:

Partes Relacionadas (*)	Transação (**)	Ativo Circulante	Passivo Circulante
Entrevias Concessionária	Compartilhamento de		
de Rodovias S.A.	Despesas/Locação de fibra	42	3
Concessionária Auto Raposo	Compartilhamento de		
Tavares S.A.	Despesas/Locação de torres	37	5
Infraestrutura Brasil	Compartilhamento de		
Holding VIII S.A.	Despesas	1	-
Pátria Infraestrutura IV	Reembolso de despesas	71	-
IBH I Serviços e			
Participações S.A.	Prestação de Serviços	22	1.264
Saldo em 31/12/2021		173	1.272
		31/12	
		31/12 Ativo	/2021 Passivo
Partes Relacionadas (*)	Transação (**)	Ativo	
Partes Relacionadas (*) Entrevias Concessionária	Compartilhamento de	Ativo	Passivo
		Ativo	Passivo
Entrevias Concessionária	Compartilhamento de	Ativo Circulante	Passivo Circulante
Entrevias Concessionária de Rodovias S.A. Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.	Compartilhamento de Despesas/Locação de fibra Compartilhamento de Despesas/Locação de torres	Ativo Circulante	Passivo Circulante
Entrevias Concessionária de Rodovias S.A. Concessionária Auto Raposo	Compartilhamento de Despesas/Locação de fibra Compartilhamento de	Ativo Circulante	Passivo Circulante
Entrevias Concessionária de Rodovias S.A. Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. Infraestrutura Brasil Holding VIII S.A.	Compartilhamento de Despesas/Locação de fibra Compartilhamento de Despesas/Locação de torres	Ativo Circulante	Passivo Circulante
Entrevias Concessionária de Rodovias S.A. Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. Infraestrutura Brasil Holding VIII S.A. IBH I Serviços e	Compartilhamento de Despesas/Locação de fibra Compartilhamento de Despesas/Locação de torres Compartilhamento de	Ativo Circulante 132 41	Passivo Circulante
Entrevias Concessionária de Rodovias S.A. Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. Infraestrutura Brasil Holding VIII S.A. IBH I Serviços e Participações S.A.	Compartilhamento de Despesas/Locação de fibra Compartilhamento de Despesas/Locação de torres Compartilhamento de	Ativo Circulante 132 41	Passivo Circulante
Entrevias Concessionária de Rodovias S.A. Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. Infraestrutura Brasil Holding VIII S.A. IBH I Serviços e	Compartilhamento de Despesas/Locação de fibra Compartilhamento de Despesas/Locação de torres Compartilhamento de Despesas	Ativo Circulante 132 41	Passivo Circulante 1.109 39

	Resultado			
	01/01/2022 a	01/01/2021 a		
Partes Relacionadas (*)	31/12/2022	31/12/2021		
Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.	65	749		
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.	134	252		
Infraestrutura Brasil Holding VIII S.A.	1	9		
Winity S.A.	(545)	(213)		
Pátria Infraestrutura IV	71	(137)		
IBH I Serviços e Participações S.A. (a)	(9.933)	(5.276)		
	(10.207)	(4.616)		
(a) Prestação de serviços para atividades contábeis	e fiscais, finan	ceiras, supply		
chain, administração de pessoal, seguros, entre outras. (	*) Parte relacion	nada composto		
pelas investidas do Pátria Investimentos, sem qualqui	uer ligação soc	cietária com a		

. Companhia, exceto pelo Fundo Pátria investidor e IBH I Serviços e Participações S.A (\*\*) Compartilhamento de despesas referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado. Remuneração dos Administradores: Em 29 de abril de 2022, em Assembleia Geral Ordinária, foi aprovado o limite de remuneração global dos Administradores da Companhia para o exercício de 2022 em até R\$8.000. incluídos nesse valor os benefícios e encargos para o exercício social. Os Administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro). Em 31 de dezembro de 2022, foram pagos R\$7.149 (R\$2.702 em 31 de dezembro de 2021) a título de benefícios de curto prazo, tais como salários, encargos e outros. Debêntures: As debêntures mencionadas na nota explicativa nº 13, alínea a), foram captadas com partes relacionadas: (i) Pátria Infraestrutura IV - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia - 70% do montante total captado; e (ii) Warrington Investment PTE. LTD. ("GIC Group") - 30% do montante total captado. Destacamos o resultado de juros em relação as debêntures emitidas com partes relacionadas, vide nota explicativa nº 13 com efeito no resultado no montante de R\$52.048.

# 18. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

Saldo inicial

Baixas de contrato

Adições e atualizações contratuais

a) Política contábil: A norma determina que todos os arrendamentos mercantis e seus correspondentes direitos contratuais e obrigações deverão ser reconhecidos no Balanço patrimonial, com isenção de reconhecimento para arrendamentos com prazo contratual inferior a 12 meses, com prazo indeterminado ou contratos de baixo valor. Para os arrendamentos com isenção de reconhecimento, a Companhia registrou a despesa no resultado ao longo do prazo do arrendamento conforme incorrido. Para cada contrato de arrendamento mercantil a Companhia reconhece um Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento composto pelo valor presente das parcelas e custos associados ao contrato de arrendamento mercantil, descontados à taxa média de 6,09% a.a. A taxa é equivalente às de emissão de dívidas no mercado com prazos e vencimentos equivalentes. O valor do ativo de direito de uso é amortizado ao longo da vida útil estimada do bem ou prazo de vigência do contrato, dos 2 o menor, e cessado quando do ajuste por perda ao valor recuperável, se aplicável, ou mesmo quando ocorre o cancelamento dos termos contratuais de acordo com as condições comerciais e estratégia de negócios da Companhia. Pelo enquadramento tributário da Companhia não há direito à recuperação de créditos com PIS (Programa de integração social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social). b) Composição dos saldos e movimentação: Passivo de arrendamento

31/12/2022

12.817

2.076

(446)

31/12/2021

16.345

2.879

Daixas de Contrato					(440)	
Juros provisionados					646	878
Pagamento de juros					(646)	(878)
Pagamento de principal				(	7.940)	(6.407)
Total					6.507	12.817
Circulante					3.863	7.361
Não circulante					2.644	5.456
A realização do arrendamento	o dar-se-á	da segu	uinte forn	na:		
2023					-	4.408
2024					1.339	782
2025					655	325
2026 em diante					1.261	539
Total					3.255	6.054
Ajuste a valor presente					(611)	(598)
Passivo de arrendamento					2.644	5.456
	Adoção	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez. 2026
	Adoção Inicial	Dez. 2022	Dez. 2023	Dez. 2024	Dez. 2025	Dez. 2026 em diante
IPCA						
IPCA Ativo de arrendamento (i)			2023	2024	2025	em diante
			2023	2024	2025	em diante
Ativo de arrendamento (i) Balanço patrimonial Fluxo com projeção	Inicial	2022	2023 5,74%	2024 3,90%	2025 3,50%	em diante
Ativo de arrendamento (i) Balanço patrimonial	<u>Inicial</u>	7.328 7.328	2023 5,74% 4.741	2024 3,90% 2.235 2.322	2025 3,50% 1.137 1.177	em diante
Ativo de arrendamento (i) Balanço patrimonial Fluxo com projeção	<u>Inicial</u>	<b>2022</b> 7.328	2023 5,74% 4.741	2024 3,90% 2.235	2025 3,50%	em diante
Ativo de arrendamento (i) Balanço patrimonial Fluxo com projeção Passivo de arrendamento (ii)	19.588 19.588	7.328 7.328	2023 5,74% 4.741 5.013	2024 3,90% 2.235 2.322	2025 3,50% 1.137 1.177	em diante
Ativo de arrendamento (i) Balanço patrimonial Fluxo com projeção Passivo de arrendamento (ii) Balanço patrimonial	19.588 19.588 19.588	7.328 7.328 6.953	2023 5,74% 4.741 5.013 2.855	2024 3,90% 2.235 2.322 1.767	2025 3,50% 1.137 1.177 1.262	em diante
Ativo de arrendamento (i) Balanço patrimonial Fluxo com projeção Passivo de arrendamento (ii) Balanço patrimonial Fluxo com projeção Despesas financeiras (ii) Balanço patrimonial	19.588 19.588 19.588	7.328 7.328 6.953 6.953 638	2023 5,74% 4.741 5.013 2.855 3.019 264	2024 3,90% 2.235 2.322 1.767 1.836	2025 3,50% 1.137 1.177 1.262 1.306	em diante 3,00%
Ativo de arrendamento (i) Balanço patrimonial Fluxo com projeção Passivo de arrendamento (ii) Balanço patrimonial Fluxo com projeção Despesas financeiras (ii)	19.588 19.588 19.588	7.328 7.328 6.953 6.953	2023 5,74% 4.741 5.013 2.855 3.019	2024 3,90% 2.235 2.322 1.767 1.836	2025 3,50% 1.137 1.177 1.262 1.306	em diante 3,00%
Ativo de arrendamento (i) Balanço patrimonial Fluxo com projeção Passivo de arrendamento (ii) Balanço patrimonial Fluxo com projeção Despesas financeiras (ii) Balanço patrimonial	19.588 19.588 19.588	7.328 7.328 6.953 6.953 638 638	2023 5,74% 4.741 5.013 2.855 3.019 264 279	2024 3,90% 2.235 2.322 1.767 1.836 134 139	2025 3,50% 1.137 1.177 1.262 1.306 84 87	em diante 3,00%  845 875
Ativo de arrendamento (i) Balanço patrimonial Fluxo com projeção Passivo de arrendamento (ii) Balanço patrimonial Fluxo com projeção Despesas financeiras (ii) Balanço patrimonial Fluxo com projeção	19.588 19.588 19.588	7.328 7.328 6.953 6.953 638	2023 5,74% 4.741 5.013 2.855 3.019 264 279 2.587	2024 3,90% 2.235 2.322 1.767 1.836 134 139 2.506	2025 3,50% 1.137 1.177 1.262 1.306 84 87 1.098	em diante 3,00%
Ativo de arrendamento (i) Balanço patrimonial Fluxo com projeção Passivo de arrendamento (ii) Balanço patrimonial Fluxo com projeção Despesas financeiras (ii) Balanço patrimonial Fluxo com projeção Despesas de depreciação (i)	19.588 19.588 19.588	7.328 7.328 6.953 6.953 638 638	2023 5,74% 4.741 5.013 2.855 3.019 264 279	2024 3,90% 2.235 2.322 1.767 1.836 134 139	2025 3,50% 1.137 1.177 1.262 1.306 84 87	em diante 3,00%  845 875
Ativo de arrendamento (i) Balanço patrimonial Fluxo com projeção Passivo de arrendamento (ii) Balanço patrimonial Fluxo com projeção Despesas financeiras (ii) Balanço patrimonial Fluxo com projeção Despesas de depreciação (i) Balanço patrimonial	19.588 19.588 19.588 19.588	7.328 7.328 6.953 6.953 638 638 7.148 7.148 de arre	2023 5,74% 4.741 5.013 2.855 3.019 264 279 2.587 2.735 andamen	2024 3,90% 2.235 2.322 1.767 1.836 134 139 2.506 2.604 to no qu	2025 3,50% 1.137 1.177 1.262 1.306 84 87 1.098 1.136 aal pode	em diante 3,00%  845 875  1.137 1.177 mos notar o

(ii) Temos a evolução do passivo de arrendamento, que sofre impactos das despesas financeiras e sua realização ocorrerá através do recebimento das devidas faturas

**Economia & Negócios** 

31/12/2022

a ser realizada durante o período da concessão, ajustados a valor presente com a taxa gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações de 9.35% ao ano, correspondente a taxa de retorno do contrato de concessão. Os relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do valores são provisionados por trecho e os ciclos de intervenções ocorrem, em média,

Saldo em

Mapa movimentação	31/12/2021	Adição	Consumo	31/12/2022
Provisão para manutenção	60.830	104.280	(8.884)	156.226
Atualização pela inflação (Despes	а			
financeira)	11.090	31.673	-	42.763
AVP (Receita financeira)	(12.466)	(9.438)	-	(21.904)
	59.454	126.515	(8.884)	177.085
	Saldo em			Saldo em
Mapa movimentação	31/12/2020	Adição	Consumo	31/12/2021
Provisão para manutenção	-	60.830	-	60.830
Atualização pela inflação (Despes	а			
financeira)	-	11.090	-	11.090
AVP (Receita financeira)		(12.466)		(12.466)
		59.454		59.454
			31/12/2022	31/12/2021
Circulante			119.142	1.111
Não circulante			57.943	58.343

### 20. PROVISÃO PARA RISCOS

Provisão para contingência - ações trabalhistas

a) Provável: Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui processos de natureza cível classificadas como perda provável pela Administração e pelos assessores jurídicos internos e externos e, portanto, constituiu a provisão necessária conforme

Provisão para contingência - ações cíveis Total	7.848 9.058	729 1.254
Mapa movimentação	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	1.254	29
Adições (i)	7.451	1.225
Baixas	(1.092)	-
Atualização monetária	1.445	
Saldo final	9.058	1.254

(i) As adições ocorridas no exercício de 2022 possuem natureza cível (R\$6,924) tendo como principais motivos objetos e animais na pista, enquanto as adições de natureza trabalhista (R\$527) em sua maioria, provenientes de reclamação trabalhista dos prestadores de serviços, nos quais a Companhia encontra-se em posição de corresponsável. b) Possível: Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui processos de natureza cível (R\$ 6.919) e trabalhistas (R\$ 7.848) classificadas como perda possível pela Administração e pelos assessores jurídicos internos e externos, para os quais não foram constituídas provisões. Ademais, a Companhia não possui causas de natureza regulatória, tributária, ambiental, e outros processos administrativos que tenham sido considerados como perda possível pela Administração, apoiada nas posições e nas estimativas de seus advogados e assessores jurídicos externos

## 21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito é de R\$1,400,000, sendo integralizado R\$969,857 (R\$969,857 em 31 de dezembro de 2021), representado por 969.857.000 ações, sendo todas ordinárias nominativas e sem valor nominal.

O capital social subscrito é representado conf	orme segue:	
Acionista	Ações	%
Infraestrutura Brasil Holding IX S A	969 857 000	100

 b) Dividendos mínimos obrigatório aos acionistas: De acordo com o Estatuto Social da Companhia e com a Lei das Sociedades por Ações, é conferido aos titulares de ações o direito ao recebimento de dividendos ou outras distribuições realizadas relativamente às acões de emissão da Companhia, na proporção de suas participações no capital social. Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo mínimo obrigatório anual de 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, que poderá ser diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em períodos anteriores, nos termos do Artigo 202, inciso I da Lei das Sociedades por Ações. Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2022, foram atendidos conforme o quadro a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	33.596	22.119
(-) Constituição de reserva legal	(1.680)	(1.106)
(=) Lucro líquido ajustado	31.916	21.013
Dividendos mínimos obrigatórios	319	210

c) Reserva Legal: A reserva de lucros será destinada a cumprir o plano de investimentos a ser implementado pela Companhia, eventuais excessos verificados terão sua destinação deliberada pelos acionistas controladores. Em 31 de dezembro de 2022 a constituição da reserva legal foi de R\$1.680 (R\$1.106 em 31 de dezembro de 2021). d) Reserva de retenção de lucros: Em 31 de dezembro de 2022 foi adicionada à reserva de retenção de lucros o montante de R\$31.597. Em 31 de dezembro de 2021, a constituição realizada foi de R\$20.803.

# 22 RECEITAS

Estão representadas por:

	31/12/2022	31/12/2021
Receita com arrecadação de pedágio (a)	889.515	573.557
Receitas com construção (b)	392.430	764.866
Receita acessória (c)	4.590	2.965
Receita Bruta	1.286.535	1.341.388
Deduções da receita	(76.983)	(49.603)
Receita líquida	1.209.552	1.291.785
(-) A		

a inflação acumulada (IPCA) em 12,13%. A partir de julho de 2021, 16 novas praças de pedágio foram colocadas em operação, motivando assim o aumento da receita com arrecadação de pedágio. (b) A receita de construção sofreu redução em função do término dos investimentos em trabalhos iniciais (PII - Programa Intensivo Inicial e PAI -Programa de Adequação Inicial) e em função da conclusão das praças de pedágios. (c) As receitas acessórias referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias. como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos entre outros

	31/12/2022	31/12/2021
Base de cálculo de impostos Receitas com serviços	894.105	576.522
<u>Deduções</u>		
Contribuição para o Financiamento da		
Seguridade Social - COFINS (3%)	(26.824)	(17.296)
Programa de Integração Social - PIS (0,65%)	(5.811)	(3.748)
Imposto Sobre Serviços - ISS (4% e 5%)	(44.348)	(28.559)
	(76.983)	(49.603)

# 23. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	31/12/2022	31/12/202
Custo dos serviços prestados:		
Custo de Obra	(392.430)	(764.86
Provisão para manutenção (a)	(104.280)	(60.83)
Pessoal	(69.165)	(43.70)
Conservação e manutenção rotineira	(61.615)	(77.23
Serviços de terceiros (b)	(55.983)	(51.56
Seguros	(4.580)	(4.64
Depreciações e amortizações	(139.188)	(94.36
Poder concedente (c)	(75.541)	(38.24
Locações de imóveis e máquinas	(4.121)	(2.84)
Outras despesas operacionais	(12.102)	(7.51
Total	(919.005)	(1.145.82

		31/12	/2022	31/12/2021
Despesas operacionais:				
Provisão para riscos processuais		(6	3.358)	(1.063)
Pessoal		(14	4.064)	(21.845)
Conservação e manutenção rotineira		(1	1.011)	(2.068)
Serviços de terceiros		(14	4.514)	(12.894)
Depreciações e amortizações		(3	3.466)	(1.509)
Locações de imóveis e máquinas			-	(8)
Outras despesas operacionais		(3	3.041)	(1.585)
- Total		(42	2.454)	(40.972)
a) A constituição de provisão para	manutenção	deu-se and	ńs a c	onclusão dos

trabalhos iniciais (PII - Programa Intensivo Inicial), (b) Os servicos de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e vigilância e outros. (c) A base de cálculo e taxas estão evidenciados na nota explicativa 14.

### 24. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2022	31/12/2021
D 11 0 1	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras		
Provisão para manutenção - AVP	9.438	12.466
Receita de aplicações financeiras	13.249	1.572
Outros	333	628
Total	23.020	14.666
Despesas financeiras:		
Juros e variação monetária sobre		
Empréstimos /Debêntures	(119.381)	(82.405)
Provisão para manutenção - Atualização pela inflação	(31.673)	(11.090)
Amortização de custos com emissão de		
Empréstimos /Debêntures	(18.058)	(13.311)
Juros de arrendamento	(646)	(878)
Despesas bancárias	(24.162)	(843)
Atualização processos judiciais	(1.445)	-
Outras despesas financeiras	(2.347)	(1.529)
Total	(197.712)	(110.056)
Resultado Financeiro líquido	(174.692)	(95.390)

#### 25. RESULTADO POR ACÃO

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) - Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as demonstrações sobre o resultado por ação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022. O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro básico/diluído por ação:		
Lucro líquido do exercício	33.596	22.119
Quantidade média ponderada de ações		
ordinárias (em milhares)	969.857	726.980
Lucro básico	0,0346	0,0304
Potencial incremento nas ações ordinárias		
em virtude da conversão de Debêntures	71.442	96.212
Lucro diluído	0,0323	0,0269

O efeito do potencial incremento nas acões ordinárias em virtude da conversão de

## 26. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, administra seu capital, para assegurar que ela possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. <u>Risco de mercado</u>: a) Exposição a riscos cambiais A Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira. b) Exposição a riscos de taxas de juros: O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos e financiamentos circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação, esse risco é administrado pela Companhia por meio da manutenção de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas. De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. Considerações gerais: • Aplicações financeiras que representam investimentos, sujeitas a variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. • Notas Promissórias: classificados como custo amortizado, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação. • Debêntures: classificados como custo amortizado, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação. • BNDES FINEM: classificados como custo amortizado, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação. • As operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras findo em 31 de dezembro de 2022, conforme quadro a seguir:

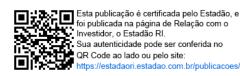
Indice de endividamento		
	31/12/2022	31/12/2021
Os índices de endividamento são os seguintes:		
Dívida (i)	1.694.743	1.579.916
Caixa e equivalentes de caixa	(212.552)	(284.561)
Aplicações financeiras vinculadas	(32.549)	(23.556)
Dívida líquida	1.449.642	1.271.799
Patrimônio líquido (ii)	1.055.287	1.021.199
Índice de endividamento líquido	1.37	1.25

(i) A dívida é definida por Empréstimos e financiamentos e debêntures (excluindo o custo de captação), respectivamente, circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas notas explicativas nº 12 e nº 13. (ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia. • As operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, conforme quadro a seguir:

Ativos:			
Equivalentes de caixa (i)	Custo amortizado	212.552	284.561
Aplicações financeiras vinculadas (i)	Custo amortizado	32.549	23.556
Contas a receber	Custo amortizado	58.041	46.060
Contas a receber - partes relacionadas	Custo amortizado	173	200
Passivos:			
Fornecedores (ii)	Custo amortizado	47.130	54.276
Empréstimos e financiamentos (iii)	Custo amortizado	720.465	678.758
Debêntures	Custo amortizado	974.278	890.112
Credor pela concessão	Custo amortizado	33.002	13.190
Partes relacionadas	Custo amortizado	1.272	2.345
		· · · · · · · · · · · · · · · · · ·	

O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção daqueles descritos acima) é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos: (i) Os saldos de equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas são iguais ao valor justo na data do balanço patrimonial. (ii) Os saldos de fornecedores possuem prazo de vencimento substancialmente em até 30 dias, portanto, se aproxima do valor justo esperado pela Companhia. (iii) Os valores justos dos empréstimos e financiamentos aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas demonstrações financeiras em virtude de serem indexados por taxas flutuantes (CDI), as quais acompanham as taxas de mercado. Considerando os vencimentos dos demais instrumentos financeiros, a Companhia estima que seus valores justos se aproximam aos valores contábeis. c) Risco de crédito: Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Companhia adotou a política de apenas negociar com contrapartes que tenham capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, somente como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. O risco de crédito decorrente de caixa e equivalentes de caixa e contas a receber, corresponde aos saldos contábeis líquidos apresentados nas notas explicativas nº 3 e nº 5, respectivamente. Para bancos e instituições financeiras, a Companhia tem como política a diversificação das suas aplicações financeiras em instituições de primeira linha, que apresentam "ratings AAA, baseado nas avaliações das principais agências de "rating". d) Risco de liquidez: O risco de liquidez é gerenciado pela Companhia por meio de um modelo de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de

31/12/2022 31/12/2021



## EIXO SP Concessionária de Rodovias S.A.

CNPJ/ME Nº 36.146.575/0001-64 - NIRE 35.300.548.213

liquidez no curto, médio e longo prazos. A tabela abaixo demonstra o valor total dos fluxos de obrigações monetizáveis da Companhia, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual.

Modalidade	Taxa de Juros (média ponderada) efetiva % a.a.		Fluxo de caixa contratual total	2023	2024	2025 em diante	(
1ª Emissão de debêntures - conversíveis em	0 ===/	407.005	0.700.005			. =	
ações 1ª Emissão de debêntures - não conversíveis em	9,77%	407.205	3.798.865	-	-	3.798.865	C
ações 2ª Emissão de debêntures - não conversíveis em	9,77%	174.543	1.628.333	-	-	1.628.333	2
ações Financiamento	IPCA + 5,05%	392.530	770.852	20.459	21.300	729.093	r
BNDES	IPCA + 5,21%	720.465 1.694.743	1.526.139 7.724.189				С

e) Análise de sensibilidade: Risco de variação nas taxas de juros: A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos até o final do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no final do período do relatório esteve em aberto durante todo o exercício. A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do IPCA e CDI, principais indicadores do financiamento BNDES - FINEM contratado pela Companhia e de rentabilidade dos recursos aplicados, respectivamente

·				Cenário	Cenário	<u>Desvaloriza</u> Cenário	Cenário	
_		Saldo	. 1-	II	III	II	III	
<b>Operação</b> Equivalentes	Risco	31/12/2022	provável	- 25%	- 50%	- 25%	- 50%	
de caixa Aplicações financeiras	CDI	212.552	29.013	36.261	43.531	21.765	14.517	
vinculadas	CDI	32.549	4.443	5.553	6.666	3.333	2.223	

Demonstrações Financeiras 2022



			Cenário	Cenário	Cenário	Cenário	Cenário	0
		Saldo	1-	II	III	II	III	
Operação	Risco	31/12/2022	provável	- 25%	- 50%	- 25%	- 50%	N
								F
Correção								F
monetária								\
sobre								
Debêntures	Aumento	000 500				10.505	44.000	F
BNDES	do IPCA	392.530	22.060	27.595	33.090	16.565	11.030	5
Correção								F
monetária								5
sobre BNDES	Aumento							5
FINEM	do IPCA	720.465	40.490	50.649	60.735	30.404	20.245	
								-

Valorização (R\$) Desvalorização (R\$)

#### 27. SEGUROS

A Companhia está apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, de acordo com a regulamentação, como cenário II e cenário III, respectivamente. A taxa considerada foi a seguinte:

		vaiorização		Desvalorização	
Indicador	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
IPCA (a)	5,62%	7,03%	8,43%	4,22%	2,81%
CDI (b)	13,65%	17,06%	20,48%	10,24%	6,83%
(a) Refere-se à exp	ectativa de m	ercado para t	axa IPCA par	a o ano de 2	022. Fonte de
informação - "site" o	do BACEN: wv	vw.bcb.gov.bi	- FOCUS - R	elatório de M	ercado de 30
de dezembro de 20	022. (b) Refere	e-se à expect	ativa de merc	ado para tax	a CDI para o
ano de 2022. For	nte de inform	ação - "site	" da B3: http	os://www.b3.d	com.br/pt_br/,

### 28. SEGUROS

acessado em 30 de janeiro 2023.

A Companhia tem cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais

Em 31 de dezembro de 2022, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

Modalidade	Cobertura - R\$	Vigência
Responsabilidade civil	40.000	Até julho de 2023
Riscos nomeados e operacionais	219.000	Até julho de 2023
Veículos - frota	49.091	Até julho de 2023
D&O	40.000	Até agosto de 2023
Risco de engenharia	262.372	Até junho de 2024
Seguro garantia	1.301.013	Até junho de 2023
Fiança Locatícia	1.078	Até maio de 2025
Seguro patrimonial	13.540	Até junho de 2023
Seguro patrimonial	13.500	Até setembro de 2023

### 29. OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS

No exercício de 2023, a Companhia deverá investir aproximadamente R\$936 milhõe: de reais. Os investimentos deste ano estão representados principalmente pela duplicação da SP 294, da recuperação de pavimento, implantação de dispositivos de contenção viária, vias marginais, edificação de SAUs, área de descanso para caminhoneiro, PGFs, parada de ônibus, equipamentos e tecnología, entre outros. O contrato assinado com o governo paulista prevê investimentos de R\$14,1 bilhões - ao longo dos 30 anos (base junho/2020) - em infraestrutura e tecnologia, sendo que até o momento, a Companhia realizou um investimento total de R\$1,7 bilhão.

#### **30. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA**

As seguintes transações não impactaram o caixa da Companhia:

	Nota	31/12/2022
Reconhecimento do Direito de uso, CPC 6 (R2)	10	2.076
Receita de construção	22	392.430
Custo de construção	23	(392.430)
Capitalização de juros	9/13	(51.582)
Fornecedores aquisição de intangível (a)	9	7.256
Aquisição de imobilizado (a)	8	538

(a) Valores pagos no período referente aquisição de períodos anteriores e que nciliam com aquisição de imobilizado e intangível do exercício.

### 31. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 09 de março de 2023, a Administração autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras, estando aprovadas para divulgação

CONTADOR: Daniel Rodrigo Lavorini - Controller - CRC 1SP241985/O-5

# RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

A DIRETORIA

Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A.
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". **Base para opinião**: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria**: Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. *Reconhecimento de* receita de arrecadação de pedágio - Por que é um PAA: Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, julgamos que a avaliação do reconhecimento de receita foi importante para avaliar os possíveis impactos na operação da Companhia. A receita proveniente de arrecadação de pedágio é decorrente dos termos e das condições estabelecidos no contrato de concessão rodoviária, que determina que "a concessão é um serviço público precedida da execução de obra pública (ativo intangível) que será explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários". Anualmente, as tarifas são reajustadas de acordo com o contrato de concessão, o que impacta diretamente a receita da concessionária com base no tráfego das rodovias. O sistema de arrecadação de pedágio é utilizado para a mensuração e cobrança das passagens de veículos, que pode ocorrer manualmente (cobrança em espécie nas cabines de pedágio) e por meios automáticos, através de sensores instalados por terceiros. Considerando esse contexto, identificamos o reconhecimento de receitas provenientes de arrecadação de pedágio como um assunto significativo que exigiu consideração especial de auditoria, além da utilização de especialistas em auditoria de sistemas para suportar nossa avaliação e nosso entendimento sobre o funcionamento dos sistemas de arrecadação e para avaliar os controles existentes para o reconhecimento de receitas de arrecadação de pedágio. Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Nossos procedimentos de auditoria, para confirmar o adequado registro da receita de arrecadação de pedágio, incluíram, entre outros: (i) a avaliação do desenho dos controles internos automáticos e manuais; (ii) a obtenção de confirmação das operadoras de arrecadação automática, para confirmação da receita anual; e (iii) a realização de uma expectativa independente, para avaliar a razoabilidade do montante de receita reconhecida no exercício. . Adicionalmente, avaliamos as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras. Com base nas evidências de auditoria obtidas por meio dos procedimentos aplicados. consideramos que a receita reconhecida proveniente de arrecadação de pedágio e as respectivas divulgações nas notas explicativas são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras em conjunto. Capitalização de gastos no ativo intangível das concessões - Por que é um PAA: Os contratos de concessões rodoviárias representam o direito de exploração da infraestrutura, pautado pela interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, o qual prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos

serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato. Os critérios de reconhecimento desses valores e os montantes investidos na infraestrutura estão divulgados nas notas explicativas nº 10, nº 2.10 e nº 25 às demonstrações financeiras. Esse assunto foi considerado um dos principais assuntos de auditoria, uma vez que as capitalizações no ativo intangível da concessão envolvem a utilização de julgamentos e da manutenção de controles por parte das administrações das concessões de rodovias, a fim de concluir se os critérios de capitalização foram ou não atendidos. Tais julgamentos são relacionados à interpretação da Companhia na definição de gastos capitalizáveis. <u>Como o assunto foi conduzido em nossa</u> <u>auditoria:</u> Nossos procedimentos de auditoria, para confirmar o adequado registro e controle desses ativos, incluíram, entre outros: (i) a avaliação da adequação das políticas de capitalização de ativo intangível de concessões; (ii) a avaliação do desenho dos controles internos para capitalização de gastos; (iii) a realização de testes documentais sobre as adições ao ativo intangível de concessões, e confronto com os contratos de prestações de serviços e/ou notas fiscais relacionadas; (iv) a avaliação da natureza dos gastos capitalizados como ativo intangível de concessões, considerando os critérios e requerimentos estabelecidos nas normas aplicáveis; e (v) avaliação da consistência das informações divulgadas nas demonstrações financeiras availação da consistencia das informações divulgadas has deninistrações infanceiras. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de capitalização de gastos no ativo intangível de concessões, entendemos que os critérios adotados pela Administração para determinação da capitalização desses gastos e as respectivas divulgações são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos** - *Demonstração do valor adicionado*. A demonstração do valor adicionado - DVA referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações** que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da definioristações e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras**: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS). adotadas no Diasi e com a forma internacional de feladación infanceiro (n 10), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela Administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter

seguranca razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um altr nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possar influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante na demonstrações financierias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levanta dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações deriloristações intarterilas ou incluir montração en mosa opiniad, se as vidugações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam initariorias, iniciarse as unuquações e as definirianações initariorias representante as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela Administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram obieto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que. dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público

São Paulo, 9 de março de 2023

# **Deloitte**

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes Ltda CRC nº 2 SP 011609/O-8

Tarcisio Luiz dos Santos Contador CRC nº 1 SP 207626/O-0

